

SINDÁGUA

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais



NOVO PCCS ESTÁ NA FASE FINAL

A apresentação feita aos sindicatos (SINDÁGUA, Senge e Saemg) pela empresa Rhumo, contratada pela Copasa, demonstra que o novo PCCS da Copasa deverá estar concluído na data prevista de 30 de dezembro. No organograma ao lado todas as etapas e os estágios em que se encontram.

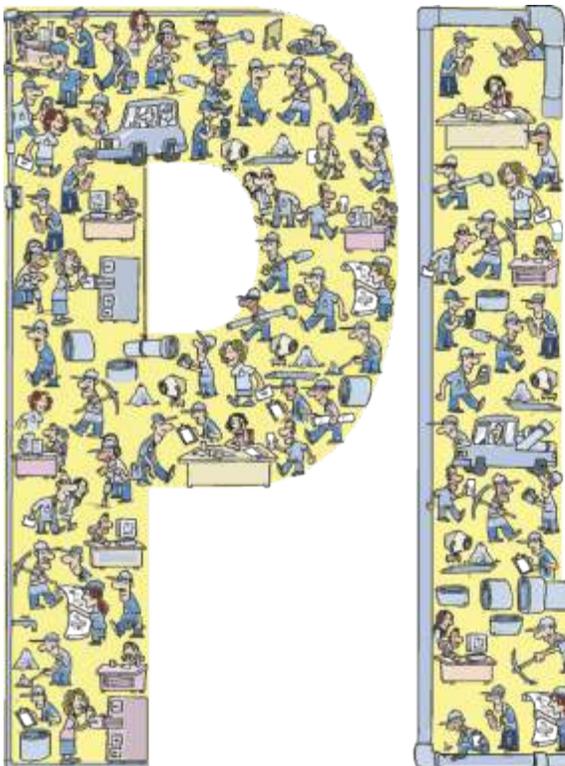
Fizemos várias críticas sobre a transparência na avaliação de desempenho e voltamos a cobrar o fim da política de portes nos salários, carreiras dos trabalhadores técnicos.

Página 4



Tchau para prefeitos que traem serviços públicos

A população de Montes Claros, Pará de Minas e Ubá fizeram uma faxina na prefeitura e derrotaram nas urnas os prefeitos entreguistas que fizeram negociatas com empreiteiras para assumirem os serviços de saneamento. A mobilização dos trabalhadores e da sociedade livrou os municípios de executivos marcados pela truculência e irregularidades. **PÁGINA 2**



COPASA PAGARÁ ATÉ O DIA 21 A METADE DA PL 2017

O empenho da direção do SINDÁGUA com a cobrança para que a categoria recebesse um adiantamento de PL de 2017 garante aos trabalhadores a reparação de um resultado amargo com o balanço financeiro da Copasa no ano passado.

A categoria se desdobrou para tirar a empresa do buraco administrativo e da crise hídrica, gerando um lucro extraordinário nos dois primeiros trimestres deste ano. A empresa pagou aos acionistas e o Sindicato negociou a PL dos trabalhadores. a ser paga até o dia 21 de outubro de 2016. **PÁGINAS 2 e 3**

CASTIGO DO POVO PELA TRAIÇÃO

Há muitos meses o SINDÁGUA e os trabalhadores mobilizados fazem uma defesa vigorosa para a manutenção dos serviços públicos de saneamento sob a responsabilidade do Estado, como prescreve a própria Constituição Federal e do Estado de Minas Gerais. Foram necessárias inúmeras atividades de esclarecimento da população, de realização de audiências públicas, de articulações com vereadores e entidades representativas e tentativas de demover prefeitos que se entregavam aos interesses de empresas privadas, marcadas por envolvimento nas apurações da Operação Lava-Jato e da Polícia Federal.

Tivemos um revés em Pará de Minas, onde o entreguismo do prefeito tirou a responsabilidade pública pelo saneamento das mãos da Copasa, credenciando uma empresa privada para explorar os serviços com a perspectiva do lucro e virando as costas para o objetivo da universalização.

A mesma luta forçou grandes mobilizações dos trabalhadores e da sociedade organizada em Montes Claros e Ubá, onde prefeitos assumiram publicamente seu compromisso com a mesma empreiteira vitoriosa em Pará de Minas. Em ambas as localidades, o processo licitatório se transformou em uma guerra judicial, apesar de manifestações do povo, contrariado com a intenção dos executivos municipais.

Mas, como afirma o ditado, “o castigo vem a cavalo”. Os três prefeitos, de Montes Claros, Pará de Minas e Ubá, foram fragorosamente derrotados nas urnas e perderam o poder público para exercerem o seu autoritarismo. As urnas fizeram uma limpeza nos “dito cujos” que transformaram os interesses públicos para alavancar os seus próprios negócios.

Novos prefeitos, eleitos pelas populações destas três cidades, têm no exemplo dos entreguistas derrotados um espelho para nortear os rumos do interesse público e para afirmar políticas de cunho social no exercício do poder municipal.

Nos sentimos realizados pela consciência do povo em varrer do comando das prefeituras esta espécie que tentou passar a certeza da impunidade, da arrogância, do autoritarismo, das atitudes investigadas sob suspeita de corrupção, para dar lugar a outros que esperamos ungidos pelo compromisso público de respeitar e trabalhar pelo interesse social.

Copasa paga a

Trabalhadores da Co



Mais uma vitória da categoria. Depois de inúmeras ações do SINDÁGUA junto à direção da Copasa, o Conselho de Administração aprovou a reivindicação do Sindicato e confirmou o pagamento da antecipação da PL a todos os trabalhadores até o próximo dia 21. O valor a ser pago será de cerca de R\$ 900,00, paga antecipadamente referente aos dois primeiros trimestres de 2016.

Desde que tivemos o resultado negativo do balanço de 2015 da Copasa, que provocou uma PL muito baixa aos trabalhadores apenas pelo resíduo apurado na PL anterior, a direção do Sindicato pressionou a empresa para rever o valor, argumentando, inclusive, que não concordávamos com os números apresentados, por julgarmos que foram lançadas na conta do ano passado despesas que seriam pagas apenas em 2016, com os acertos do PDVI, PDVR e outros.

Fortalecemos ainda nossos argumentos com os resultados apurados nos dois primeiros trimestres deste ano, que apresentaram uma forte recuperação

Antecipamento de PL até dia 21

Copasa receberão cerca de R\$ 900,00 de PL relativa aos dois primeiros trimestres de 2016

da situação financeira da empresa e ainda pela decisão de distribuir lucros aos acionistas.

Em discussões com o Sindicato, o diretor de Gestão Corporativa da Copasa, Francisco Cançado, comprometeu-se a pagar a antecipação de PL no valor próximo de R\$ 900,00 para cada funcionário até o dia 21 de outubro. A segunda parcela será quitada em 2017, de acordo com os balanços do terceiro e do quarto trimestre deste ano.

Não se trata de uma concessão da Copasa, mas de conquista dos trabalhadores através da capacidade de negociação da direção sindical, que demonstrou o grande empenho e sacrifício da categoria para que a empresa superasse os graves problemas ocasionados durante a crise hídrica de 2015.

O Sindicato desenvolveu campanha para que os trabalhadores não fossem prejudicados, enfatizando compromissos financeiros familiares que regularmente são saldados com os valores recebidos com a PL.

Como serão distribuídos R\$ 53 milhões aos acionistas (25% do lucro líquido dos dois primeiros trimestres), os trabalhadores reivindicaram o repasse de 25% desse valor. Depois de várias reuniões do Sindicato com a diretoria da Copasa, a proposta foi discutida e acatada pelo Conselho de Administração da empresa, sendo definido que o pagamento será feito neste mês. Já o ajuste da margem EBTIDA, reivindicação também aprovada nas assembleias, ainda aguarda resposta da empresa.

A PL de 2016 seria paga em duas parcelas, em abril e outubro de 2017, mas, como a Copasa vai distribuir os dividendos aos acionistas, nada mais justo que os trabalhadores também tenham direito à antecipação da PL do primeiro semestre de 2016.

Afinal, se a empresa registrou uma recuperação extraordinária neste ano, com quase R\$ 200 milhões de lucro nos dois primeiros trimestres, depois

de amargar prejuízo em 2015, muito se deve ao empenho dos trabalhadores. Com grande sacrifício, eles superaram a falta de mão de obra para manter o nível de qualidade na prestação de serviços à população.

No segundo trimestre, a empresa registrou lucro líquido de R\$ 102,9 milhões, um aumento de 14,62% em relação ao dos três primeiros meses do ano, que foi de 89,8 milhões. Serão distribuídos aos acionistas R\$ 28.404.156,11 referentes ao segundo trimestre, e R\$ 24.718.586,11, do primeiro – o total é de R\$ 53.122.742,35.



Sucateamento preocupa categoria

A pesar da conquista, com a antecipação da PL, os trabalhadores continuam preocupados e indignados com o sucateamento da Copasa. Nas assembleias realizadas em todo o Estado, neste ano, a categoria cobrou a reposição de vagas abertas por demissões, acusaram a falta de investimentos na recuperação da empresa, e o não pagamento das progressões relativas às avaliações de desempenho realizadas, sob a alegação de que os resultados do balanço de 2015 foram negativos.

Os resultados dos dois primeiros trimestres de 2016 têm um preço elevado para os trabalhadores e os usuários da Copasa, obrigados a conviver com uma estrutura operacional e administrativa caindo aos pedaços, com a drástica redução do número de funcionários e da diminuição dos investimentos na ampliação dos serviços.

De acordo com os dados apresentados no balanço do segundo semestre, em 30 de junho de 2015 havia na empresa 12.614 empregados; um ano depois, em 30 de junho de 2016, o quadro de pessoal havia caído para 11.606 empregados.

NOVO PCCS Estudo caminha rápido para conclusão

O novo Plano de Carreiras, Cargos e Salários (PCCS) da Copasa tem todas as indicações de que estará concluído na data prevista de 30 de dezembro. Todo o cronograma e o novo modelo de avaliação de desempenho foram apresentados ao SINDÁGUA, Senge e Saemg, em reunião dia 29 de setembro, pela Rhumo, empresa contratada pela Copasa para o trabalho de elaboração do novo PCCS.

A apresentação foi precedida por uma explanação do diretor de Gestão Corporativa da Copasa, Francisco Cançado, que reafirmou alguns compromissos cobrados pelo SINDÁGUA, principalmente sobre o fim da política de porte sobre os salários. Cançado afirmou que este ponto será discutido pela comissão de estudos do PCCS agora em outubro, para encontrar uma alternativa de solução. Lembrou que a Copasa diminuiu 1.400 trabalhadores em seu quadro funcional e que até o final do ano fará cerca 180 reposições de vagas. O SINDÁGUA, no entanto, entende que há uma necessidade muito maior de reposição de vagas, demonstrando condições de trabalho muito precárias e sobrecarga de trabalho em todo o Estado por falta de funcionários.



Francisco Cançado, diretor de gestão da Copasa, na reunião da RHUMO com os sindicatos

Novo PCCS em fase final de elaboração

Através do gráfico apresentado na capa do jornal, os técnicos da Rhumo mostraram uma fase muito adiantada dos trabalhos, com várias etapas já concluídas. Na reunião apresentaram o modelo de “avaliação de desempenho”, adotando o sistema de pontos para os diagnósticos do processo para a promoção de “funcionários”. Os dirigentes sindicais criticaram muito os sistemas de avaliação que ficam presos a avaliações subjetivas ou parciais de gerentes ou supervisores. Chegamos inclusive a cobrar uma “instância de apelação” junto ao RH da empresa no caso do trabalhador se sentir prejudicado nas avaliações, de forma que não se permita injustiças por atitudes de cunho pessoal para diagnosticar a performance, o comprometimento e a capacidade de qualquer companheiro.

Segundo a Rhumo, foram verificados 267 cargos e realizadas cerca de 900 descrições de função. Os técnicos da empresa foram muito indagados sobre estas descrições de função, principalmente numa empresa atolada num processo de sucateamento das suas estruturas, falta de materiais, obrigando aos trabalhadores a funcionarem como verdadeiros “canivetes suíços”, desempenhando inúmeras atividades além das suas obrigações. Este, aliás, foi um dos pontos em que afirmamos que as avaliações de desempenho seriam seriamente prejudicadas pela falta de condições de trabalho propiciada pela empresa.

O Sindicato discorda ainda de algumas informações surgidas na

reunião, por exemplo, de que “avaliação de desempenho não é para dar salário”. Entendemos que a “avaliação” deve servir ao propósito de desenvolvimento da empresa e crescimento profissional dos trabalhadores, estimulados pelas promoções e mudanças de faixas salariais.



Avaliação do desempenho: Sindicato exige maior transparência



Sérgio, da Rhumo, apresenta etapas do PCCS

Os sindicatos voltarão a participar de reuniões entre a comissão de estudos do PCCS e a empresa Rhumo até o prazo final para conclusão dos trabalhos, com o compromisso de avaliar paulatinamente todas as etapas do processo, de forma que em 30 de dezembro tenhamos um documento próximo de um consenso para submeter aos trabalhadores em assembleia e passível de ser aprovado também pelas instâncias de poder da Copasa.